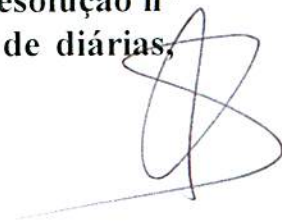


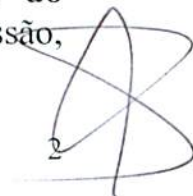

Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos

Ata da reunião realizada no dia 08 de agosto de 2011.

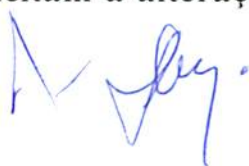
Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, no Gabinete da Vice-Presidência, às dez horas, sob a presidência da desembargadora Cleonice Silva Freire, e presentes mais os membros desembargadores Cleones Carvalho Cunha e Lourival de Jesus Serejo Sousa, reuniu-se a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para apreciar e decidir as matérias postas. Em pauta: **1) Processo nº 46.239/2010 (apensado o processo 39810/20), no qual a juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes da Comarca de São José de Ribamar solicita a criação de quatro varas na referida comarca:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela criação de duas novas varas na Comarca de São José de Ribamar de acordo com o projeto apresentado pelo desembargador Cleones Cunha que havia pedido vista dos autos, e de acordo com a manifestação do desembargador corregedor-geral da Justiça às fls. 53 dos autos em apenso. **2) Processo nº 46.840/2010, no qual o desembargador corregedor-geral da Justiça sugere a criação de mais uma vara na Comarca de Balsas:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da criação da 4ª Vara da Comarca de Balsas, conforme projeto apresentado pelo desembargador Cleones Cunha que havia pedido vista dos autos. **3) Processo nº 44.422/2010, no qual o desembargador corregedor-geral da Justiça sugere a criação de mais uma vara na Comarca Maracassumé:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da criação da 2ª Vara da Comarca de Maracassumé, conforme projeto apresentado pelo desembargador Cleones Cunha que havia pedido vista dos autos. **4) Processo nº 14.038/2011, no qual a Rede Maranhense de Justiça Juvenil solicita sejam acrescidos dispositivos ao Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão referentes a competência da execução de medidas sócioeducativas:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação do requerido e pelo acréscimo de três incisos ao artigo 15 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, conforme projeto apresentado pelo desembargador Cleones Cunha que havia pedido vista dos autos. **5) Processo 10.515/2011, no qual o juiz Antonio Luiz de Almeida Silva sugere a criação do cargo de inventariante judicial:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se contrária à sugestão tendo em vista a inviabilidade do pedido. **6) Proposta de alteração da Resolução nº 31, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a concessão de diárias,**



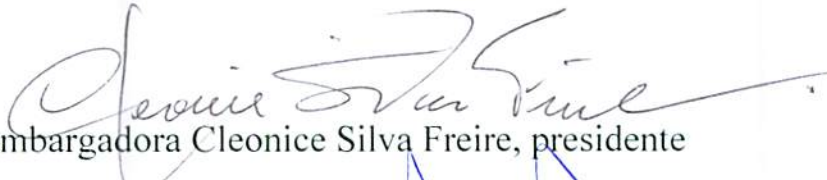
apresentada pelo presidente do Tribunal de Justiça: a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da proposta de resolução apresentada. 7) **Processo nº 21.468/2010 (apensado o processo 26.544/2010), no qual o juiz da Comarca de Amarante do Maranhão requer a criação de uma nova vara da referida comarca ou a transferência do Termo Judiciário de Buritirana para a Comarca de Senador La Roque:** a Comissão, unanimemente, julgou prejudicado o pedido tendo em vista que o termo de Buritirana já foi transferido para a Comarca de Senador La Roque pela Lei Complementar 136/2011. 8) **Processo nº 34.543/2010 (apensado os processos 34.399 e 34.400), no qual a juíza da Comarca de Cururupu requer a criação de uma segunda vara na referida comarca:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se para converter o processo em diligência para que a Diretoria de Informação junte aos autos os relatórios de distribuição da Comarca de Cururupu nos anos de 2009, 2010 e 2011, mês a mês e por classe de processos. 9) **Processo nº 31.643/2010, no qual a coordenadora dos Juizados especiais apresenta projeto de criação da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação do projeto de resolução apresentado pelo desembargador Cleones Cunha que reestrutura as turmas recursais e cria a Turma de Uniformização de Interpretação de Lei de acordo com a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e o Provimento nº 7, de 7 de maio de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça. 10) **Processo nº 5.429/2010, no qual a Coordenação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais apresenta projeto de resolução alterando o Regimento Interno do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais em razão da alteração do art. 60-A do Código de Divisão e Organização Judiciárias dos Maranhão:** a Comissão, unanimemente, aprovou o substitutivo apresentado pelo desembargador Cleones Cunha no qual constam as sugestões apresentadas pelo desembargador Jaime Araújo em reunião anterior e novas alterações em razão da Lei nº 12.153/2009 e do Provimento nº 7/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça. 11) **Processo nº 9.896/2010, no qual a titular da 5ª Vara da Comarca de Imperatriz solicita a alteração da competência de sua vara:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo deferimento do pedido na forma do projeto apresentado pelo desembargador Cleones Cunha para alterar a competência das varas criminais da Comarca de Imperatriz. 12) **Processo nº 16.643/2011, no qual a advogada Keila Jansen requer seja firmado convênio com os Correios para o serviço de protocolo postal de petições:** a Comissão, unanimemente, decidiu encaminhar o processo à Presidência do Tribunal para manifestação prévia sobre o assunto. 13) **Processo nº 15.647/2011, no qual o prefeito de São Bernardo do Maranhão requer a criação da 2ª Vara naquela comarca:** a Comissão,

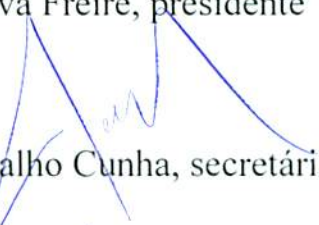


unanimemente, converteu o processo em diligência para que a Diretoria de Informação junte aos autos os relatórios de distribuição de processos na referida comarca nos anos de 2009, 2010 e 2011, mês a mês, e por classes de processos. **14) Processo nº 16.725/2011, no qual a Associação dos Magistrados do Maranhão requer a reorganização da competência das varas criminais de São Luís e a extinção das varas exclusivas de entorpecentes:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo indeferimento no que se refere à extinção das varas de competência exclusiva de entorpecentes, recomendando ao presidente do Tribunal de Justiça a instalação, o mais breve possível, da 2ª Vara de Entorpecentes de São Luís e ainda a reestruturação das varas criminais de São Luís com a transformação de duas varas criminais em varas de Tribunal do Júri, ficando a comarca de São Luís com quatro varas do Tribunal do Júri e essas com competência para processamento e julgamento dos processos de competência do Tribunal do Júri e com a presidência desse Tribunal, de acordo com o projeto apresentado pelo desembargador Cleones Cunha. **15) Ofício nº 19/2011 do desembargador Lourival Serejo, no qual se sugere a alteração do artigo 44 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo indeferimento da proposta. **16) Processo nº 11.050/2010, no qual o deputado Penaldon Jorge requer a criação de mais uma vara na Comarca de Pinheiro:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo indeferimento do pedido de acordo com a manifestação do corregedor-geral da Justiça às fls. 68 dos autos. **17) Processo nº 16.906/2011, no qual o desembargador Lourival Serejo apresenta projeto de resolução sobre o programa de gestão documental do Poder Judiciário:** adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha. **18) Processo nº 11.986/2011 da Corregedoria Geral da Justiça, no qual os juízes da Comarca de Santa Inês solicitam a criação de mais duas varas na referida comarca:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação da criação de mais uma vara na Comarca de Santa Inês tendo em vista os dados constantes dos autos. **19) Processo nº 11.546/2011 contendo projetos de lei para a criação da Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça apresentado pelo presidente do Tribunal:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação dos projetos de acordo com as alterações apresentadas pelo desembargador Cleones Cunha e pelo encaminhamento à Assembleia, via Poder Executivo, do projeto que altera o Estatuto da Polícia Militar do Maranhão. **20) Resolução nº 22/2011, que altera o artigo 5º da Resolução nº 27/2007, que trata de adiantamento por meio de cartão corporativo e expedida *ad referendum* pelo presidente do Tribunal:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pelo referendo. **21) Processo nº 15.945/2011, no qual os magistrados da Comarca de Imperatriz solicitam a alteração da Resolução 19/2006: a**



Comissão, unanimemente, manifestou-se pela prejudicialidade do pedido. **22) Processo nº 15.256/2011, no qual o presidente do Tribunal encaminha projeto de resolução que trata da estrutura e funcionamento da Junta Médica do Poder Judiciário do Maranhão:** adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha. **23) Processo nº 15.676/2011, no qual o juiz José Raimundo Sampaio Silva requer a alteração da Resolução nº 21/2004:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela prejudicialidade do pedido. **24) Processo nº 15.298/2011 (apensado o processo nº 16.726/2011), no qual o juiz Marcelo Silva Moreira requer a criação de mais uma vara na Comarca de Barreirinhas:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela conversão do processo em diligência para manifestação do desembargador corregedor-geral da Justiça. **25) Processo nº 25.276/2010, no qual o desembargador Froz Sobrinho encaminha proposta de estrutura administrativa para o grupo de monitoramento, acompanhamento e fiscalização do sistema carcerário:** adiado a pedido de vista do desembargador Cleones Cunha. **26) Projeto de Lei Complementar apresentado pelo desembargador Cleones Cunha que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão e que trata da criação das varas cujos processos foram deferidos pela comissão; que trata da criação de mais uma câmara cível no Tribunal de Justiça em razão dos três cargos de desembargador já criados; e altera outros dispositivos do referido Código:** a Comissão, unanimemente, manifestou-se pela aprovação do projeto sugerindo que os dispositivos que alteram as competências das varas e criam varas e cargos sejam submetidos ao Plenário em projeto separado após manifestação da Diretoria Financeira. **Do que para constar, foi por mim, Cleones Cunha, designado secretário *ad hoc* da Comissão, lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.**


Desembargadora Cleonice Silva Freire, presidente


Desembargador Cleones Carvalho Cunha, secretário designado


Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, membro